



# Município de Constância

## **Câmara Municipal**

### **Ata n.º 21/2014**

Data da Reunião Ordinária – 25 de setembro de 2014

Início da Reunião 15.00 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 25 de setembro de 2014, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - 14.ª Alteração ao Orçamento -----

1.2 - TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior - Relatório de atividades e gestão 2013 e Plano de atividades e Orçamento 2014 -----

## 2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 - Balancete -----

2.2 - Pagamentos -----

## 3. PATRIMÓNIO -----

3.1 - Concurso Público para a Venda de Sucata - Edital n.º 23/2014 -----

## 4. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

4.1 - CLAC - Clube Lazer, Aventura e Competição - "ULTRA ROTA DOS TEMPLÁRIOS" - Pedido de Apoio Logístico (7.1.4.3) -----

4.2 - Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro - Pedido de Instalações (7.1.4.2) ---

4.3 - Normas de Funcionamento do Campo de Futebol Municipal -----

4.4 - Centro Ciência Viva de Constância - Pedido de Apoio de transporte -----

## 5. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

5.1 - Protocolo de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal e a Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém (FAJUDIS) -----

5.2 - Contrato de Comodato entre a Câmara Municipal de Constância e a Casa do Povo de Montalvo -----

5.3 - Parecer Prévio Vinculativo - Prestação de Serviços para Implementação do Novo Sítio Autárquico -----

## 6. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

## 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 25 de setembro de 2014

A PRESIDENTE DA CÂMARA,

  
(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins e Natércio Francisco Canelhas Candeias. -----

Faltou à reunião o Senhor Vereador Arsénio Oliveira Cristóvão, por se encontrar em serviço externo. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas.--

## ANTES DA ORDEM DO DIA

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista:* “1 - Havendo dúvidas sobre o valor do IMI a transferir para as Juntas de Freguesia, gostaria de saber se a Senhora Presidente já sabe o valor correto.-----

2 – Qual o ponto de situação sobre a construção da Mini Hídrica no Zêzere.-----

3 – Gostaria de saber se tem chegado à Câmara contributos/reclamações sobre o Plano Diretor Municipal. Esses contributos/reclamações pode atrasar ou não o processo do PDM”.-

*Intervenção da Senhora Presidente:* “Ponto 1 - O IMI rústico é transferido na totalidade. Em relação ao IMI dos Prédios Urbanos e Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI é de 1%.-----

Ponto 2 – Mini-Hídrica no Zêzere – Tive conhecimento há pouco tempo de que o projeto está em fase de execução pelo que de imediato reuni com o projetista para me inteirar do ponto de situação. Solicito a presença dos senhores vereadores numa reunião a realizar no dia 9 de outubro, com a presença da equipa técnica e com um representante da empresa a quem foi concessionada a exploração da mini-hídrica. A reunião tem como objetivo conhecer com detalhe o projeto, bem como o impacto a nível da atividade náutica e ambiental e no consequente impacto económico para o concelho. Para a referida reunião foi convidado o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e as três empresas ligadas à atividade náutica e sedeadas no concelho.-----

Ponto 3 – PDM – Deram entrada na Câmara Municipal vinte participações, algumas delas apenas com considerações políticas. Da análise técnica das participações será elaborado um relatório, o qual virá a reunião de Câmara para posteriormente ser enviado à CCCR”.-----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista:* “1 - Relembro a necessidade de sinalética junto à Farmácia em Montalvo, com reserva de lugares para pessoas com deficiência.-----

Também no cruzamento da serralharia Calado com a estrada Montalvo Norte carece de sinalização.-----

2 – Junto à rede do lado exterior da antiga fábrica de queijos “Lactejo”, está cheio de silvados, havendo necessidade de limpeza”.-----

*Intervenção da Senhora Presidente:* “Iremos dar encaminhamento às questões colocadas”.

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

**1.1 - 14.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO:** Foi presente 14.ª Alteração ao Orçamento para 2014. -----

**1.2 - TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR:** Foi presente Relatório de Atividades e Gestão do ano 2013 e Plano de Atividades e Orçamento do ano 2014. -----

### 2. BALANCETE E PAGAMENTOS

**2.1 – BALANCETE:** A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 24 de setembro de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

**Em Cofre:** € 3.144,63 (três mil cento e quarenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos); **Instituições de Crédito:** € 539.025,85 (quinhentos e trinta e nove mil vinte cinco euros e oitenta e cinco cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 547.533,98 (quinhentos e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e três euros e noventa e oito cêntimos); **Em Documentos:** € 16.084,02 (dezasseis mil oitenta e quatro euros e dois cêntimos); **TOTAL:** € 563.618,00 (quinhentos e sessenta e três mil seiscentos e dezoito euros); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 413.718,43 (quatrocentos e treze mil setecentos e dezoito euros e quarenta e três cêntimos); - **Operações de Tesouraria:** € 133.815,55 (cento e trinta e três mil oitocentos e quinze euros e cinquenta e cinco cêntimos). -----

### 2.2 – PAGAMENTOS



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 08/09/2014 a 19/09/2014, na importância global de € 173.187,66 (cento e setenta e três mil cento e oitenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos). -----

## -----3. PATRIMÓNIO-----

### **3.1 - CONCURSO PÚBLICO PARA A VENDA DE SUCATA - EDITAL N.º 23/2014**

INFORMAÇÃO: “Na sequência da deliberação da reunião do Executivo Municipal realizada em 14 de agosto de 2014, o Serviço de Património após análise da proposta apresentada pela RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A., informa que a mesma encontra-se em conformidade com os registos legais exigidos no Concurso Público, divulgado através do Edital N.º 23/2014, pelo que se sugere a sua adjudicação, pelo valor de € 5.825,00 (cinco mil, oitocentos e vinte e cinco euros).” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, adjudicar à firma RSA – Reciclagem de Sucatas Abrantina, S.A, a venda de sucata, pelo valor de € 5.825,00 (cinco mil oitocentos e vinte cinco euros). -----

## -----4. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

### **4.1 - CLAC - CLUBE LAZER, AVENTURA E COMPETIÇÃO - "ULTRA ROTA DOS TEMPLÁRIOS":**

Carta datada de 3 de setembro de 2014, solicitando apoio logístico para a realização da 5.ª Rota dos Templários 2014, que se irá realizar no próximo dia 4 de outubro. -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Tendo em conta que se trata de um evento, que à 5ª edição se apresenta com grande impacto na região, e sendo o CLAC uma associação que regularmente inclui Constância nos eventos que organiza tanto a nível desportivo como de lazer, proponho que a CMC apoie esta atividade com base no que é solicitado na comunicação anexa, no seguinte: -----

1. Utilização do Parque de Campismo para o almoço dos participantes; -----
2. Utilização dos balneários e casas de banho; -----
3. Disponibilização dos serviços de travessia do Tejo entre as 13h30 e as 14h; -----
4. Oferta de folhetos turísticos do concelho aos participantes do Evento.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a atividade. -----

### **4.2 - ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA MONTALVENSE 24 DE JANEIRO:**

Carta datada de 10 de setembro de 2014, solicitando a cedência das instalações da Quinta de D.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

Maria, a fim de levar a efeito a Festa da Música e um Encontro de Bandas Filarmónicas, nos dias 25 e 26 de outubro do corrente ano. -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “A Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro vai realizar nos próximos dias 25 e 26 de outubro, a *Festa da Música e um encontro de Bandas Filarmónicas*, solicitando assim a cedência das instalações da Quinta Dona Maria para a realização do evento. -----

Mediante o solicitado, propõe-se que a deliberação seja conceder o referido apoio.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ceder as instalações da Quinta D. Maria para a realização do evento. -----

## **4.3 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL --**

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “O Campo de Futebol Municipal em Montalvo é parte integrante dum conjunto de infraestruturas desportivas do Município de Constância. -----

Com a instalação do piso sintético, criaram-se condições que anteriormente não existiam, despertando nas Associações Desportivas, Instituições e Grupos informais a sua procura, para desenvolverem atividades em competições oficiais ou simplesmente de lazer. -----

Para que se possa calendarizar a utilização daquele espaço é necessário criarem-se normas para a sua cedência. -----

Face ao exposto, propõe-se a aprovação das normas de funcionamento do Campo de Futebol Municipal.” -----

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL: “ÍNDICE  
ÍNDICE.....

PREÂMBULO..... 7

SECÇÃO I - PRINCÍPIOS GERAIS ..... 8

ARTIGO 1º - MISSÃO ..... 8

ARTIGO 2º - OBJETIVOS ..... 8

SECÇÃO II - DESCRIÇÃO DO ESPAÇO ..... 4

ARTIGO 3º - CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL ..... 8

SECÇÃO III – ADMINISTRAÇÃO DO CAMPO FUTEBOL MUNICIPAL ..... 4

ARTIGO 4º - PROPRIEDADE, GESTÃO E MANUTENÇÃO ..... 8

ARTIGO 5º - DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CONSTÂNCIA..... 9

ARTIGO 6º - RESPONSABILIDADES (VALORES, ACIDENTES)..... 9



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

## SECÇÃO IV – FUNCIONAMENTO DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL..... 5

ARTIGO 7º - ÉPOCA DE FUNCIONAMENTO .....	9
ARTIGO 8º - INTERRUPÇÃO DE FUNCIONAMENTO.....	10
ARTIGO 9º - PLANEAMENTO DO FUNCIONAMENTO .....	10
ARTIGO 10º - AFIXAÇÃO DAS NORMAS DE UTILIZAÇÃO .....	10
ARTIGO 11º - UTILIZAÇÃO.....	10
ARTIGO 12º - CEDÊNCIA – ORDEM DE PRIORIDADES .....	10
ARTIGO 13º - PEDIDO DE CEDÊNCIA.....	10
ARTIGO 14º - RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO .....	11

## SECÇÃO V - DISPOSIÇÕES FINAIS.....6

ARTIGO 15º - CASOS OMISSOS E DÚVIDAS.....	11
ARTIGO 16º - ENTRADA EM VIGOR.....	<b>ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>

## SECÇÃO VI – PREÇÁRIO.....6

### PREÂMBULO -----

O conhecimento das normas deve ser um objetivo primordial em matéria de política desportiva na medida em que, pela importância que o desporto assume na sociedade contemporânea, faz sentido que as decisões sejam tomadas de forma consciente, quando se sabe que os recursos envolvidos são avultados. -----

O Campo de Futebol Municipal é um equipamento recente de grande qualidade e com valência para a prática do Futebol nas suas mais diversas vertentes. É neste contexto de importância primordial, que se deve proceder à programação do modelo de gestão da instalação e de gestão da formação desportiva, complementados com a projeção de programas, de atividades e de formação de agentes desportivos, que a médio e longo prazo permitam o total aproveitamento das suas capacidades. Com o incremento da prática de atividades físicas e desportivas, importa caracterizar e promover, para além de se definirem as condições de utilização e de acesso às mesmas. -----

O Campo de Futebol Municipal permite a realização de competições e treinos inseridos na ótica do desporto espetáculo/rendimento e de competições de nível regional/nacional. Permite ainda dar resposta às atividades do praticante desportivo, desde as etapas de formação de base, à especialização, alto rendimento desportivo e à manutenção. É também esta instalação que vai permitir às escolas o incremento qualitativo e quantitativo de atividades já desenvolvidas, e a capacidade para dar novas respostas mais aliciantes a novos praticantes. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

O upgrade, com a colocação do relvado sintético, na instalação pela importância que assume como espaço primordial para a evolução e para a prática da modalidade de Futebol torna imperiosa a criação e a implementação de um conjunto de disposições normativas, aplicáveis a todos os utilizadores, tendo como objetivo uma correta gestão do espaço, e manutenção deste equipamento municipal de interesse público. -----

O presente quadro de normas tem por objeto a definição de regras de utilização, para uma boa gestão do Campo de Futebol Municipal. -----

## SECÇÃO I - PRINCÍPIOS GERAIS

### Artigo 1º - Missão

Constitui a missão desta infraestrutura contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, através da prática de desporto, futebol em particular, com vista à satisfação das suas necessidades de ocupação salutar dos tempos livres e de formação. -----

### Artigo 2º - Objetivos

1. Criar o hábito nos jovens para a prática do futebol. -----
2. Proporcionar a utilização do Campo de Futebol Municipal ao maior número possível de instituições, por forma a rentabilizar a infraestrutura. -----
3. Proporcionar aos Agrupamentos de Escolas a sua utilização para atividades que se enquadrem no espaço e no tipo de piso. -----

## SECÇÃO II - DESCRIÇÃO DO ESPAÇO

### Artigo 3º - Campo de Futebol

O espaço para a prática de atividades físicas e desportivas do Campo de Futebol Municipal é constituído por uma área desportiva, Campo de Futebol de onze com cem metros de comprimento e sessenta metros de largura (100 m x 60 m), possuindo marcações para (dois) 2 campos de futebol de 7 (sete), com uma proteção perimétrica a Este e Oeste de 3 (três) metros e a Norte e Sul 2,5 (dois virgula cinco) metros, em relva sintética. -----

## SECÇÃO III – ADMINISTRAÇÃO

### Artigo 4º - Propriedade, Gestão e Manutenção do Campo de Futebol Municipal

1. O Campo de Futebol Municipal em Montalvo é propriedade da Câmara Municipal de Constância e a gestão é da competência da autarquia. -----
2. Superintende na gestão do Campo de Futebol Municipal em Montalvo o Presidente da Câmara Municipal de Constância, ou o vereador com o pelouro do desporto. -----
3. São Atribuições do Serviço do Desporto, designadamente: -----
  - a) Fazer aprovar e cumprir o presente quadro de normas, de modo a garantir o bom funcionamento do Campo de Futebol Municipal. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

- b) Administrar e fazer a gestão corrente do Campo de Futebol Municipal, em toda a dimensão, garantindo a preservação da relva, vedação, iluminação, sistema de rega bem como balizas. -----
- c) Supervisionar as atividades competitivas e de formação realizadas no Campo de Futebol Municipal, independentemente da organização promotora dos eventos, atividades de treino, formação e/ou manutenção; -----
- d) Receber, analisar e decidir sobre os pedidos de cedência regular, pontual e/ou de aluguer do Campo de Futebol Municipal, em função do modelo de gestão da atividade desportiva e do âmbito e interesse da mesma; -----
- e) Elaborar mapas de utilização do Campo de Futebol Municipal; -----
- f) Elaborar normas, mapas de utilização e eventual deslocamento de alguns equipamentos, em função do calendário das atividades competitivas regulares, e de outros eventos na ótica do desporto espetáculo/rendimento; -----
- g) Elaborar relatórios anuais referentes aos custos de manutenção, a taxa de ocupação, estado de conservação do piso e dos equipamentos em geral; -----
- h) Propor as taxas de utilização a apresentar à Câmara Municipal. -----
- i) Fazer cumprir todas as normas em vigor relativas à utilização do Campo de Futebol Municipal. -----
- j) Tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento e aproveitamento do mesmo; -----
4. O executivo municipal pode delegar, parcial ou totalmente, em entidades individuais ou coletivas a competência de administração e ou gestão do Campo de Futebol, reservando-se o direito de fiscalização do mesmo. -----

## **Artigo 5º - Deveres e Obrigações da Câmara Municipal de Constância** -----

A Câmara Municipal de Constância compromete-se a disponibilizar e a cumprir todos os serviços pagos pelo utente e a resolver todos os imprevistos de modo que o mesmo não fique prejudicado. -----

## **Artigo 6º - Responsabilidades (valores, acidentes)** -----

A Câmara Municipal de Constância não se responsabiliza por acidentes pessoais resultantes da imprevidência ou mau uso do Campo de Futebol Municipal e respetivos equipamentos. ---

## **SECCÃO IV – FUNCIONAMENTO DO CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL** -----

### **Artigo 7º - Época de Funcionamento** -----

1. O Campo de Futebol Municipal funcionará normalmente durante toda a época desportiva.
2. Os horários de funcionamento são da responsabilidade da Câmara Municipal de Constância ou da entidade por ela delegada. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

## **Artigo 8º - Interrupção de Funcionamento**

1. As datas de abertura e encerramento do Campo de Futebol Municipal, o horário diário e o encerramento temporário, poderão ser alterados pela Câmara Municipal, com conhecimento à entidade gestora do espaço em situações de força maior, quando: -----

- a) Seja necessária a realização de trabalhos de conservação do piso sintético e na reparação de avarias nos equipamentos; -----
- b) Nos dias em que se realizem espetáculos desportivos ou qualquer outra atividade de carácter lúdico-recreativo; -----
- c) Sempre que seja considerado conveniente. -----

## **Artigo 9º - Planeamento do Funcionamento**

O Funcionamento do Campo de Futebol Municipal está dependente de um planeamento para a utilização do mesmo, o qual deverá ser afixado em local visível. -----

## **Artigo 10º - Afixação das normas de utilização**

As normas de utilização do Campo de Futebol Municipal bem como outras indicações pertinentes serão divulgadas por afixação de folhetos e publicado no sítio da autarquia. -----

## **SECÇÃO V – UTILIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL**

### **Artigo 11º - Utilização**

A utilização poderá ser efetuada mediante o pagamento da respetiva tarifa de utilização, 48 horas antes do dia solicitado (pagamento a efetuar na secretaria da Piscina Municipal). -----

### **Artigo 12º - Cedência – Ordem de prioridades**

1. Serão considerados os pedidos de utilização de acordo com a seguinte ordem de preferência: -----
- a) Atividades promovidas e desenvolvidas pela Câmara Municipal de Constância; -----
  - b) Atividades promovidas no âmbito de protocolos estabelecidos entre a autarquia e outras entidades; -----
  - c) Associações Desportivas cujo objetivo seja a prática desportiva em provas do quadro competitivo oficial; -----
  - d) Atividades competitivas / treinos de clubes, associações e federações. -----
  - e) Agrupamentos de escolas. -----
  - f) Outras entidades; -----
  - g) Grupos informais -----

### **Artigo 13º - Pedido de cedência**

1. Os pedidos de utilização regular e pontual deverão ser dirigidos ao presidente de Câmara Municipal de Constância de acordo com o estabelecido no presente quadro de normas. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

2. As entidades que pretendam utilizar o Campo de Futebol Municipal devem comunicar os seus pedidos por escrito, dirigidos ao executivo da Câmara Municipal de Constância, através de impresso próprio. -----

3. Os pedidos referidos no ponto anterior serão motivo de análise e enquadrados no plano de atividades do Campo de Futebol Municipal de acordo com as prioridades constante no Artigo 12º. -----

4. No caso dos grupos informais a reserva/marcação deverá ser efetuada com uma semana de antecedência; -----

5. O pedido de cedência da instalação deverá conter: -----

a) Identificação da entidade requerente ou individual; -----

b) Período anual e horário de utilização pretendidos; -----

6. Nos casos em que a entidade/utente pretenda interromper a utilização do Campo de Futebol Municipal, deverá comunicá-lo por escrito ao Presidente da Câmara Municipal de Constância com quinze dias de antecedência, sob pena de continuarem a ser devidas as respetivas taxas. -----

## **Artigo 14º - Responsabilidade pela utilização** -----

Qualquer prejuízo ou dano causado pelos utentes do Campo de Futebol Municipal ao nível do piso, equipamentos, vedações ou outros bens patrimoniais do município no exercício das atividades, importarão sempre na reposição dos bens danificados no seu estado inicial ou no pagamento do valor dos prejuízos causados de acordo com o valor do inventário ou estimativa efetuada por entidade credenciada para o efeito. -----

## **Artigo 15º - Casos omissos e dúvidas** -----

Sobre todos os casos omissos ou dúvidas decorrentes da aplicação das presentes normas de funcionamento, deliberará a Câmara Municipal de Constância. -----

## **Artigo 16.º - Entrada em vigor** -----

O presente quadro de normas entra em vigor após deliberação e aprovação em reunião de Câmara.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas de Funcionamento do Campo de Futebol Municipal. -----

## **4.4 - CENTRO CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA - PEDIDO DE APOIO DE TRANSPORTE** -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “Foi solicitado pelo Centro Ciência Viva de Constância apoio para transporte de um "giroscópio humano", tal como



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

documento em anexo, da Escola Secundária de Loulé para o Centro Ciência Viva de Constância, o qual foi doado ao mesmo, e que fará parte da exposição "Física do Voo".

Considerando que: -----

- é necessário uma viatura pesada, com um consumo de combustível elevado; -----
- a distância a percorrer são cerca de 700 km; -----
- são necessários 2 motoristas; -----
- são necessárias, fazerem-se, horas extraordinárias. -----

Propõe-se que seja concedido o transporte solicitado, devendo as despesas serem imputadas à Associação Centro Ciência Viva de Constância.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o transporte solicitado, devendo as despesas serem imputadas à Associação Centro Ciência Viva de Constância. -----

## -----5. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

### **5.1 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS DO DISTRITO DE SANTARÉM (FAJUDIS)** -----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: “O protocolo que se anexa surge no seguimento da proposta efetuada à Direção da FAJUDIS no sentido deixarem de utilizar o espaço anteriormente cedido, sala Polivalente do Cineteatro, e passaram a ocupar três salas do edifício sito na Rua Luís de Camões, n.º 9 em Constância, tendo em conta não só a necessidade de dinamizar o Centro Histórico da Vila como também ser este espaço mais adequado aos objetivos preconizados no referido protocolo. -----

Salienta-se o facto de que a criação do Fórum Associativo e de Juventude, (Rede Criativa), foi objeto de uma candidatura no âmbito do PRODER, tendo, no anterior mandato, a Câmara Municipal deliberado considerar o projeto de interesse para o concelho e para a região. -----

A candidatura da FAJUDIS viu o referido projeto aprovado, com despesas elegíveis na área do apetrechamento, cuja relação se anexa, sendo no entanto de salientar que por imperativo das cláusulas daquele programa de financiamento a referida Federação tem de manter o projeto em atividade pelo menos cinco anos. -----

Neste sentido, propõe-se que a câmara aprove o protocolo em anexo por considerar ser mais-valia para o concelho bem como o facto da cedência gratuita do espaço ter uma justa contrapartida quer pelo montante gasto no seu apetrechamento quer por assegurar a sua abertura ao público quer por prestar apoio técnico à elaboração de projetos na área da Juventude. -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

Relembra-se que o anterior protocolo foi objeto de denúncia na reunião de câmara realizada a 22 de Maio do corrente ano. -----

Anexo: Protocolo, Listagem de materiais e Planta com a organização do Fórum Associativo e de Juventude.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal e a Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém (FAJUDIS). -----

## **5.2 - CONTRATO DE COMODATO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA E A CASA DO POVO DE MONTALVO** -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “O contrato de Comodato assinado entre a Câmara Municipal de Constância e a Casa do Povo de Montalvo em 17 de Dezembro de 2010 vem revogar o contrato de Comodato assinado entre as mesmas partes em 28 de Dezembro de 2006. -----

O referido contrato tinha como fundamento a construção de um campo relvado sintético na Freguesia de Montalvo, ao abrigo da **Medida 2 “O Primeiro Relvado”**, promovido pela secretaria de Estado da Juventude e do Desporto. -----

O regulamento do referido programa de apoio, no seu artigo 6º dispõe que “*o prazo para a formalização das candidaturas termina no dia 29 de Junho de 2007*”, e quanto às condições de acesso ao programa, o artigo 3º nº2 estipula que “*os projetos aprovados devem ser executados até 31 de Dezembro de 2009*”. -----

Verifica-se assim que aquando da celebração do contrato de comodato em 2010, o prazo para a candidatura ao programa **Medida 2** já estava ultrapassado. -----

Assim, tendo o relvado sintético sido efetivamente construído mas fora do âmbito do programa Estatal, deverá ser redigido e assinado novo contrato entre as partes, com as seguintes alterações: -----

- 1- Exclusão de todo o introito referente ao programa **Medida 2**; -----
- 2- Eliminação da cláusula 4º nº2, pois não faz sentido no contrato em questão; -----
- 3- Alteração do prazo de vigência para 35 anos. -----

Face ao anteriormente exposto, propõe-se a aprovação do novo contrato de comodato.” -----

**“CONTRATO DE COMODATO** -----

**ENTRE:** -----

**CASA DO POVO DE MONTALVO**, pessoa coletiva número 201.151.281, com sede em Rua da Cantina-13, Freguesia de Montalvo, Concelho de Constância, aqui representada pelo Senhor Vítor Manuel Cordeiro, Presidente da Direção, como Comodante; -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

E -----  
**MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA**, pessoa coletiva número 506.826.546, com sede em Estrada Nacional 3, em Constância, Freguesia e Concelho de Constância, aqui representado pela Senhora Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Constância, como Comodatário; -----

**É celebrado, livremente e de boa fé, um contrato de comodato, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:** -----

## -----CLÁUSULA PRIMEIRA-----

### -----OBJETO-----

1. O comodante cede ao comodatário, gratuitamente, um espaço com uma área total de 12.328,692 m<sup>2</sup> (doze mil, trezentos e vinte e oito, seiscentos e noventa e dois metros quadrados), sito em Alminhas, junto à EN 3 em Montalvo, freguesia de Montalvo, concelho de Constância, divididos da seguinte forma: -----  
- Espaço com uma área de 6.890,00m<sup>2</sup> (seis mil, oitocentos e noventa metros quadrados) coberto com relva sintética, estando incluído neste espaço um campo de futebol de onze com uma área de 6.000 m<sup>2</sup> (seis mil metros quadrados) – 100x60 metros- estando preparado com marcações e balizas para dois campos de futebol de sete. -----  
- Espaço de 5.438,692m<sup>2</sup> (cinco mil, quatrocentos e trinta e oito, seiscentos e noventa e dois metros quadrados) destinado à construção de infraestruturas de apoio (bar, balneários e bancada), bem como acessos e parque de estacionamento. -----
2. A cedência indicada no número anterior deverá ser submetida a aprovação pela Assembleia Geral da Casa do Povo de Montalvo.-----

## -----CLÁUSULA SEGUNDA-----

### -----DESTINO DO ESPAÇO-----

1. O espaço indicado na cláusula anterior deverá ser utilizado especificamente para a prática de futebol e outras atividades desportivas adequadas ao espaço. -----

## -----CLÁUSULA TERCEIRA-----

### -----DURAÇÃO DO CONTRATO-----

1. O presente contrato é celebrado pelo período de 35 (trinta e cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automaticamente prorrogado, por iguais períodos. -----
2. No final do referido período, qualquer uma das partes poderá denunciar o presente contrato, por escrito, com uma antecedência mínima de sessenta dias. -----

## -----CLÁUSULA QUARTA-----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

## -----OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO-----

1. O comodatário fica obrigado a guardar e conservar o espaço cedido, como se lhe pertencesse, não podendo usá-lo senão de acordo com o estabelecido no presente contrato. -----

## -----CLÁUSULA QUINTA-----

## -----DISPOSIÇÃO REVOGATÓRIA-----

1. Com a assinatura do presente contrato, os ora outorgantes consideram revogado o contrato de comodato por eles celebrado a 17 de Setembro de 2010. -----

## -----CLÁUSULA SEXTA-----

## -----DISPOSIÇÃO FINAL-----

1. Os casos omissos e dúvidas de interpretação suscitadas serão resolvidos pelas partes outorgantes, de comum acordo, ou pelas disposições legais aplicáveis. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato de Comodato entre a Câmara Municipal e a Casa do Povo de Montalvo. -----

## **5.3 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO SITIO AUTÁRQUICO** -----

INFORMAÇÃO: “A Lei de Orçamento do Estado para 2014, aprovada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, conjugada com a Lei 75/2014, define um conjunto de medidas tendentes a reduzir a despesa pública, designadamente no domínio da aquisição de serviços.

De acordo com o disposto no art.º 11.º do seu artigo 73.º, conjugado com o seu art.º 4.º, carece de parecer prévio vinculativo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, independentemente da natureza da contraparte, sendo que nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 é da competência do órgão executivo. -----

Porém, não estão sujeitos àquela formalidade, nos termos previstos no n.º 7: -----

- a) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços essenciais, previstos no n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26.7, com alterações que entretanto lhe foram introduzidas; -----
- b) A celebração ou a renovação de contratos mistos cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que o serviço assuma um caráter acessório da disponibilidade de um bem; -----
- c) A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços ao abrigo de um acordo quadro; -----
- d) A celebração ou a renovação, de contratos de aquisição de serviços in house; -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

e) E a renovação de contratos de aquisição de serviços que tenham sido precedidos de concurso público em que o critério de adjudicação tenha sido o do mais baixo preço. -----

Nas autarquias locais o parecer prévio é da competência do órgão executivo, estando a emissão condicionada, de acordo com o previsto no n.º 11 do artigo 73.º do OE 2013, à verificação dos seguintes requisitos: -----

1. Confirmação da existência de declaração de cabimento - alínea b) do n.º 5 do artigo 73.º do OE 2014; -----

2. Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73.º do OE 2014, isto é, demonstrar que foi garantida a redução remuneratória a que alude o artigo 33º do mesmo diploma nos contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 – números 1 e 5, alínea c), do artigo 73.º do OE 2014; -----

3. Autorização para a assunção de encargos plurianuais – número 15 do artigo 75.º do OE 2013. -----

Não obstante a parte final da norma constante do n.º 11 do citado artigo 73.º consignar que nas autarquias os termos e tramitação do parecer são regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6º do DL n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a verdade é que tal diploma não foi, até à data, publicado. -----

Mesmo assim, atendendo às consequências que a sua falta acarreta, por razões de segurança jurídica, manda o princípio da prudência que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços deve ser precedida de parecer favorável da Câmara Municipal, aplicando-se para o efeito, com as necessárias adaptações, os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo previsto nas normas jurídicas até aqui aplicáveis à administração central. -----

Com efeito, -----

a) Porque as necessidades dos serviços imperiosamente o exigem; -----

b) E porque estão reunidos os requisitos exigidos no n.º 5 do artigo 73.º do OE 2014, como se demonstra no formulário que se anexa à presente proposta, e que dela faz parte integrante, -----

Propõe-se que a Câmara, ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 73.º do OE 2014 e, por analogia, nas normas jurídicas até aqui aplicáveis à administração central, delibere emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação/renovação do contrato de aquisição de serviços caracterizado nos formulários em anexo, nos termos e condições aí previstos.” -----

**PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – 14/2014** -----





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

1	<b>IDENTIFICAÇÃO DA U.O. /SERVIÇO<sup>1</sup></b> SUBUNIDADE ORGÂNICA DE SERVIÇOS PARTILHADOS
2	<b>PROCEDIMENTO</b>
2.1	Tipo: <sup>2</sup> AJUSTE DIRETO EM REGIME NORMAL, COM CONVITE A UMA ENTIDADE
2.2	Proc.: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – SERVIÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO SITIO AUTÁRQUICO
3	<b>CARATERIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL</b>
3.1	<input checked="" type="checkbox"/> Nova contratação   Modalidade: <sup>3</sup> PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> Renovação de contrato   Data do contrato a renovar: __/__/__   Proc. n.º __/__/__
3.2	Descrição do objeto contratual: - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – SERVIÇO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO SITIO AUTÁRQUICO
3.3	Prazo de contratação: De 01 de outubro de 2014 e 31 de março de 2015
3.4	O contrato proposto tem <u>idêntico objeto</u> de contrato vigente em 2014? <input checked="" type="checkbox"/> Sim   <input type="checkbox"/> Não
4	<b>CARATERIZAÇÃO DA CONTRAPARTE</b>
4.1	Identificação: DANIEL DUARTE OLIVEIRA NIF: 179997768
4.2	O contrato proposto integra a <u>mesma contraparte</u> de contrato vigente em 2014? <input checked="" type="checkbox"/> Sim   <input type="checkbox"/> Não
5	<b>CONTRATAÇÃO EXTERNA<sup>4</sup></b>
5.1	Fundamentação da <u>ausência de subordinação</u> jurídica em resultado do contrato e da inconveniência de recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público: O contrato a celebrar, atendendo ao seu objeto, não reveste natureza de trabalho subordinado, sendo inconveniente o recurso a modalidade de relação jurídica de emprego público constituído ou a constituir. O trabalho será realizado durante o período de vigência do contrato a celebrar, de forma autónoma, sem sujeição à disciplina e direção do município, sendo que se torna imprescindível o cumprimento, integral, de toda a legislação respeitante ao objeto da contratação em causa.

<sup>1</sup> Identificação da U. O. / Serviço proponente

<sup>2</sup> Ajuste direto, ajuste direto com consulta a mais do que uma entidade, concurso público, etc..

<sup>3</sup> Tarefa, avença, prestação de serviços

<sup>4</sup> Aplicável só no caso de contratos de tarefa ou avença – alínea a), n.º 4, art.º 73.º



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

5.2	Prova de <u>inexistência de pessoal em SME</u> apto para o exercício das funções:
-----	---

6	<b>DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA COM REFERÊNCIA A CONTRATO COM IDÊNTICO OBJETO E/OU CONTRAPARTE VIGENTE EM 2013 (caso tenha existido)<sup>5</sup></b>	
6.1	Valor do contrato anterior: ..... € 6.360,00	<input checked="" type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro
6.2	Valor do contrato proposto (S/ IVA)..... € 6.360,00	<input checked="" type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro
6.3	<input checked="" type="checkbox"/> Redução remuneratória a aplicar: <sup>6</sup> ..... € <u>636,00</u>   Taxa: 10 % <input type="checkbox"/> Redução remuneratória aplicada por agregação <sup>7</sup> (aplicável sempre que em 2014 a mesma contraparte preste mais de um serviço à C. M.) € _____   Taxa: _____ %	
6.4	Justificação (com os cálculos respetivos) para a variação sempre que a prova da dedução não resulte diretamente dos valores referidos em 6.1, 6.2 ou 6.3:	

7	<b>FUNDAMENTO DA NÃO SUJEIÇÃO A REDUÇÃO REMUNERATÓRIA</b>	
7.1	<input type="checkbox"/> O contrato não atinge o valor mínimo de € 1.500,00 <sup>8</sup>	
7.2	<input type="checkbox"/> Trata-se de <u>renovação</u> de contrato anterior cuja celebração/renovação já foi objeto da redução e obteve parecer favorável. <sup>9</sup>	
7.3	<input type="checkbox"/> Se tratar de <u>celebração</u> de contrato anterior cuja celebração já foi, em 2012 e em 2013, objeto das reduções, obteve, nos mesmos anos, parecer favorável, e a quantidade a contratar e o valor a pagar não são superiores aos de 2013. <sup>10</sup>	
7.4	<input type="checkbox"/> Em 2013 não existe contrato com <b>idêntico objeto</b> conhecido, sendo assim materialmente impossível, por falta de valor de referência, determinar o valor da redução. Houve, no entanto, a preocupação de realizar uma prospeção ao mercado e de fixar um preço base de procedimento reduzido em cerca de 10% em relação ao preço que dela resultou.	
7.5	<input type="checkbox"/> Outra justificação:	

<sup>5</sup> Cfr. artigo 73.º, n.º 5, al.c).

<sup>6</sup> Cfr. artigo 33.º, ex-vi do artigo 73.º, n.º 1.

<sup>7</sup> Cfr. artigo 33.º, n.º 2, e 73.º, n.º 3.

<sup>8</sup> Cfr. artigos 33.º, n.º 1, al. a) e 73.º, n.º 1.

<sup>9</sup> Cfr. artigo 73.º, n.º 8.

<sup>10</sup> Cfr. artigo 73.º, n.º 9.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

8	<b>COMPROMISSOS PLURIANUAIS<sup>11</sup></b>
	A contratação está sujeita a autorização para assunção de encargos plurianuais? <input type="checkbox"/> Não. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Autorização Prévia Genérica, aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 28/02/2014, da Assembleia Municipal.

9	<b>DECLARAÇÃO DE CABIMENTO<sup>12</sup></b>
	• Ano em curso - o encargo previsto encontra-se cabimentado: Cl. Orçamental: 0102/020220   N.º cabimento: 1785 Valor: € 3.180,00 Saldo Disponível € _____
	• Ano(s) seguinte(s) - encargos previstos para o(s): . 2015 ..... Valor: € 3.911,40 . 2016 ..... Valor: € _____
	• Encargo total previsto ..... Valor: € 7.091,40
	O Responsável pela Contabilidade _____

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo – Contrato de aquisição de serviços. -----

## -----6. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

## -----7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim *Ana Silveira*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

<sup>11</sup> Cfr. artigo 73º, nº 16.

<sup>12</sup> Cfr. artigo 73º, nº 5, al. b)



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 21/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-09-2014

A Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,